



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 193

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2018

ANO VII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2916
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2917

TAQUIGRAFIA

ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA LEGISLATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 30 de outubro de 2018

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LEBRÃO - 1º Secretário

Secretariado pelos Srs.

LEBRÃO - 1º Secretário
ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado

(Às 15 horas e 11 minutos é aberta a sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (PRB), Anderson do Singeperon (PROS), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (MDB), Ezequiel Júnior (PRB), Hermínio Coelho (PC DO B), Jean Oliveira (MDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazineho da Fetagro (PT), Lebrão (MDB), Leo Moraes (PODE), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (MDB), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Geraldo da Rondônia (PHS), Rosângela Donadon (PDT), e Só Na Bença (MDB).

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Carlos Alberto Martins Manvailer*
Departamento legislativo - *Huziel Trajano Diniz*
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 50ª Sessão Ordinária Legislativa da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº228/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 22.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Recursos Sob a Supervisão da SEFIN – RS-SEFIN”.

02 – Mensagem nº229/2018 – Poder Executivo, solicitando, nos termos do artigo 41 da Constituição Estadual, a tramitação em Regime de Urgência do Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação para atender Despesas Correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes”, objeto da Mensagem nº 146 de 26 de junho de 2018.

03 – Mensagem nº230/2018 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a Advocacia Pública na Administração Indireta do Estado de Rondônia e

altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia”.

04 –Ofício nº063/2018 – Ministério Público do Estado, solicitando cópia do processo legislativo da Lei Complementar nº974/2018, bem como as definições e destinações das compensações em razão do objeto da referida Lei.

05 –Ofício nº 663/2018 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Atividades do TCE-RO – 3º trimestre de 2018.

06 –Ofício nº 4.579/2018 – Governo do Estado, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 4.927/18, de autoria do Senhor Lazinho da Fetagro.

07 –Ofício nº 298 e 299/2018 – DITEL, encaminhando resposta aos Requerimentos nºs 1.709 e 1708/18, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid.

08 –Ofício nº296/2018 – DITEL, encaminhando resposta da Indicação Parlamentar nº5181/18, de autoria do Deputado Lazinho da Fetagro.

09 –Ofício nº295/2018 – DITEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº5.220/18, de autoria do Deputado Luizinho Goebel.

10 –Ofício nº19.310/2018 – Supremo Tribunal Federal, comunicando que julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade referente a Lei nº 1.713, de 7 de fevereiro de 2007, objeto da ADIN nº 3.894.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Lido o Expediente. Passamos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos.

Encerrada as Breves Comunicações, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhada Moção de Pesar aos familiares do Reverendíssimo Bispo Emérito de Ji-Paraná, Dom Antônio Possamai, pelo seu falecimento ocorrido no dia 27 de outubro de 2018, nesta Capital.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Nelsias Pensador da Silva.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Odair Calado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a retirada de tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº992/18 que “Dispõe sobre a regulamentação das atividades das Farmácias no âmbito e da sua atuação no Estado de Rondônia”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer Audiência Pública para o dia 19 de novembro de 2018, às 9 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para discutir sobre o Projeto 1069/18, que tramita nesta Casa de Leis, que “Institui

o Programa Estadual de Transporte Escolar direcionada a transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em zona Rural”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer Voto de Louvor à ADJORI/RO - Associação dos Diretores de Jornais do interior do Estado de Rondônia, pela importante contribuição e trabalho desenvolvido no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais a realização de Audiência Pública, para o dia 12 de novembro de 2018, às 15 horas no Plenário desta Casa de Leis, a fim de tratar sobre a Lei 1.146, de 12 de dezembro de 2002, onde trata da alteração dos limites com exclusão e ampliação da superfície do Parque Estadual de Guajará-Mirim, criado pelo Decreto nº4.575, de 23/03/1990.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora que seja realizada Sessão Solene no dia 22 de novembro de 2018, às 9 horas, ao Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Rondônia - IFRO, em comemoração aos seus 10 anos de instalação em Rondônia.

Lidas as matérias, senhor Presidente.

Só uma Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Gostaria que o senhor suspendesse a Sessão. Está faltando um deputado para que nós tenhamos quorum para deliberar as matérias que estão na Ordem do Dia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vamos suspender, não há quorum para deliberação. Mas antes eu gostaria de registrar a presença do Ademir Cunha, Presidente do Sindicato dos Engenheiros. Muito obrigado pela presença. Registrar também a presença do Vereador Lerí Veloso da Cruz, Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte; também o Vereador Ademir Sidnei de Souza, Câmara Municipal de Novo Horizonte; Vereador Jonas Cordeiro, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cujubim; Vereador Adeilton Carlos de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Cujubim; também os Vereadores Herlon Pereira, Câmara Municipal de Cujubim; Cleiton Adriano, Prefeito Municipal do Município de Novo Horizonte, é o nosso amigo Cleiton Adriane; e também o senhor Nailon Gato, Presidente do Sindicato Urbanitário de Rondônia; Adonias de Deus, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN; também os senhores e senhores servidores do DETRAN, presentes. Senhoras e senhores servidores da Ceron; senhor Mateus Carvalho, Procurador do Estado; senhoras e senhores Conscritos da Polícia Militar também, vários que nos procuraram, compromisso desta Casa, assumido com o Governo do Estado para que pudesse iniciar essa academia de polícia, que é interessante para o Estado. Vamos chamar aqui a equipe econômica e orçamentária da Casa para a gente discutir, se inteirar dessa situação, realmente desse repasse. Também os servidores do MP, Tribunal de Justiça e o pessoal da PEC 41. Muito obrigado a todos. Havendo quorum...

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, antes, só uma Questão de Ordem aqui.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem para o ilustre Deputado Ezequiel Junior.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Quero cumprimentar todos os presentes aqui, e fazer uma referência especial ao Prefeito Leomar Patrício, de Machadinho, que está aqui hoje representando a comunidade e para acompanhar a votação do Veto que chegou a esta Casa, que aportou nesta Casa de Leis, Veto de autoria do Poder Executivo. Há uma emenda apresentada de forma coletiva pelos membros desse plenário, incluindo outras dez Reservas que, dez áreas que foram transformadas em Reservas, através daquele decreto do mês de março deste ano, e hoje o Veto já chegou, desde a semana passada chegou a esta Casa e nós devemos apreciar essa matéria logo mais. E, muitos interessados da região de Machadinho, de Cujubim e outros rincões desse Estado estão aqui hoje para acompanhar a votação desse Veto. Eu quero cumprimentar aqui o Prefeito de Machadinho; o Vereador Clemente do PT de Machadinho que também está presente aqui; o nosso amigo Dinael, que é Presidente da Associação Rio Paturila do Amigos do Campo; também o popular 'Irmãozão', que representa o povo do Assentamento Gonçalo lá do Município de Machadinho; cumprimentar também aqui o Secretário do Prefeito de Meio Ambiente e Agricultura; o Sargento Roberto, que também acompanha os trabalhos nesta tarde aqui; Assessoria de Imprensa do Prefeito Leomar também; e também como já foi citado aqui os vereadores lá do Município de Cujubim que estão atentamente acompanhando aqui a votação daqui a pouco desse Veto; está aqui o Vereador Herlon; Vereador Adeilton; Vereador Jonas da Feira, sejam bem-vindos a esta Casa de Leis. É muito importante a gente ver a população rondoniense participando, fiscalizando e acompanhando a votação das matérias que são apreciadas aqui nesta tarde de terça-feira. É isso aí Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem para o Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, a Ordem do Dia hoje, o que está incluído na Ordem Dia é os vetos do Governo que estão trancando a pauta, logo em seguida vai ter, logo depois da Sessão Ordinária que vai discutir e votar os Vetos que estão trancando a pauta, logo em seguida vai ser feito a Sessão Extraordinária, vai ser convocada a Sessão Extraordinária para votar a revisão da PEC 041, que era das "seis horas" do Poder Judiciário, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público e, também, a PEC 042, dos servidores da Ceron/Eletronbras. E precisamos de 16 votos no plenário, mas acredito que na Casa já tem quorum suficiente, daqui a pouco a gente vai discutir e votar essas duas PECs. Com relação aos nossos remanescentes que estão aqui, está tendo uma confusão danada aí, Deputado Edson, Deputado Anderson, Deputado Lebrão, esta Casa aqui autorizou e foi aprovado naquela negociação lá para que o Governo chamasse os últimos remanescentes da Polícia Militar e Bombeiros, foi acertado para a Assembleia repassar três milhões e duzentos, dinheiro da própria Assembleia, e estava tudo ok, o cronograma da academia já tinha sido publicado,

era para iniciar, era não, é para iniciar agora dia 05 de novembro, e hoje surgiu toda uma confusão dizendo que parece que a Assembleia não ia mais, porque nós tínhamos autorizado o orçamento, o três milhões e duzentos, e o financeiro seria normal, porque se autoriza..., o que foi acordado foi o orçamento e o financeiro para a Assembleia repassar esse valor para custear a academia dos nossos remanescentes. E teve um problema aí, parece que o Deputado Maurão, o Presidente, encaminhou um ofício para o Governo, parece que alegando dificuldade em repassar esse financeiro para o Executivo, e isso foi um compromisso que nós fizemos, Líder, e a Assembleia tem que cumprir com o que foi combinado.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria dizer, antes da sua Questão de Ordem meu Líder, que os trabalhadores, a maioria dos nossos remanescentes, alguns trabalhavam em outros empregos, saíram do emprego, muitos moravam no interior já estão morando aqui em Porto Velho, e não podemos fazer, não pode, essa Academia tem que iniciar agora, da forma que foi feito o cronograma e se o problema for a Casa pelos três milhões e duzentos, não justifica. A Assembleia, ao longo desses quatro anos, desses últimos quatro anos, esta Casa aqui não ajudou município, não ajudou ninguém, não ajudou nem uma entidade deste Estado com o recurso da própria Assembleia. Eu lembro quando fui Presidente desta Casa aqui três anos e três meses, além de pagar R\$ 30 milhões, quase R\$ 30 milhões de direito de trabalhadores que tinha de servidores estatutários desta Casa que estavam há mais de 30 anos sem receber, a gente repassou... Só ambulância, nós compramos 56 ambulâncias para todos os Municípios de Rondônia, com recurso próprio da Assembleia, a gente ajudou várias APAEs nesse Estado, ajudamos várias Prefeituras nesse Estado com recursos próprios da Assembleia, por isso se a questão for a Assembleia nova que deixe a Assembleia nova parada lá, a Assembleia tem que cumprir o que foi acordado e repassar os R\$ 3 milhões para o Estado, os três milhões e duzentos para poder pagar o Curso dos Remanescentes dos Trabalhadores no Estado.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, senhor Presidente? Eu entendo Deputado Hermínio, eu entendo que quando se faz um acordo se deve se pensar muito bem para fazer acordo. Eu participei desse acordo que foi feito, inclusive, Vossa Excelência, Deputado Hermínio Coelho, o Deputado Anderson do Singeperon, abriram mão de Emendas individuais para colocar para o Estado para que pudesse realizar o curso e chamar os Remanescentes. Vocês cumpriram a sua parte, o Estado cumpriu a sua parte e na época, Deputado Hermínio, a própria Assembleia, o Presidente, se comprometeu aqui diante de 400 e poucos, se não me falha a memória, remanescentes, que iria repassar esse recurso para que o Estado pudesse fazer o Curso de Academia para os novos Policiais Militares. Vossa Excelência muito bem falou ali, muitos desses, talvez, a maioria desses, senão quase todos, saíram dos seus empregos, estavam empregados, gastaram com documentos, com certidões, com cópia, com fotografia, criaram Deputado Jesuíno, uma expectativa de vida deles e da família deles e

nas pessoas ao entorno deles para que essa Academia tivesse uma carreira militar e agora vem a Assembleia Legislativa do dia para a noite fala que não vai reencaminhar esse recurso.

Deputado Lazinho, que se tomasse essa decisão antes da palavra, que se pensasse bem e que se fizesse cálculos antes da palavra, depois que deu a palavra tem que ser homem para cumprir, Deputado Hermínio. Eu me comprometo e eu me solidarizo aqui a todos os Remanescentes, a todos os Remanescentes, ao Deputado Hermínio que comprou essa briga, Deputado Jesuíno, Deputado Anderson, todos os outros colegas que compraram essa briga, porque isso foi tema de um longo debate nesta Casa, de reuniões e mais reuniões. Infelizmente, vem essa notícia agora, que eu não quero acreditar nela, verdadeiramente eu me recuso a acreditar que o Presidente desta Casa, o Deputado Maurão, esta Casa, está fazendo esse papel, me recuso a acreditar, espero que seja um equívoco, espero que seja um engano e que nós possamos, a Assembleia possa cumprir a sua palavra, Deputado Airton.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente? Eu estava conversando com o Deputado Maurão agora, e ele não falou que não vai passar. Então, eu não acredito também, é um compromisso que a Assembleia assumiu e foi muito bem discutido e com certeza gostaria que o Deputado Maurão se posicionasse que eu tenho certeza que nós não vamos passar vergonha perante esta Casa em não cumprir o que nós tratamos nesta Casa. Então, o Deputado Maurão me confirmou agora que não tem anda disso, que ele vai manter, então, eu gostaria que ele se posicionasse para esclarecer e se houve um mal-entendido, mas para confirmar para essa expectativa que foi criada hoje nesta Casa, nós não podemos jamais e nos oito anos que eu estou aqui nesta Assembleia sempre os compromissos que nós fizemos com a população, com os compromissos dessa Casa sempre foram honrados e não é essa hora que nós vamos deixar de honrar o compromisso com vocês. Obrigado.

(Às 15h35min, o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. LÉO MORAES – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela Ordem, somente para tentar cobrar da Mesa Diretora da nossa Assembleia Legislativa, que seja, como já outros colegas falaram honrado o compromisso com os nossos Remanescentes da Polícia Militar que estão na expectativa de iniciarem o Curso de Formação, vários colegas do Goiás, do interior do Estado de Rondônia já se encontram na nossa capital na expectativa de iniciar o curso e servir a nossa sociedade; o Deputado Laerte foi bem feliz quando disse, que nós discorreremos a respeito disso durante muito tempo, fizemos várias audiências, encontros, reuniões; o Deputado Jesuíno Boabaid, presente sempre, o Deputado Anderson, Deputado Dr. Neidson nos procurou, o Deputado Hermínio como o grande padrinho desta causa e nós gostaríamos de cobrar essa responsabilidade da Casa do Povo, da Assembleia Legislativa, não somente com esses pais de famílias e mães de famílias, mas principalmente com a sociedade que carece de segurança, de sensação de segurança e a farda azul faz diferença no tocante a qualidade de vida do nosso Estado. Portanto, senhor Presidente, nós

gostaríamos de cobrar essa satisfação e esse comportamento de forma republicana, respeitosa, mas, principalmente com os nossos colegas que estão aqui há muito tempo. E também já digo que fui interpelado algumas vezes em relação aos servidores da CERON, que podem contar com o meu apoio irrestrito na causa, nós temos, nós temos algumas, na verdade, o setor tanto de saneamento, quanto setor elétrico, SINDUR, podem contar conosco. Nós temos algumas pendengas, alguns casos para serem resolvidos ainda nesta legislatura, ainda na nossa atuação, de todos os deputados, a PEC 41 é outra coisa que parece deputado, que tinha ido, que tinha ido para CCJ, sim, é só uma revisão e a gente já quer também, se puder encerrar com essa discussão e ir para outras esferas para fazer essa defesa da jornada de seis horas para os servidores do Judiciário, do Ministério Público, enfim, procurar a equidade de trabalho, de jornada e também a economicidade que é um princípio basilar da administração pública. Portanto, continue contando conosco e vamos ver se a gente encerrar essa discussão e que possam vir outras para que a gente continue a defender a população. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Presidente, Questão de Ordem. Quero aqui manifestar também o meu repúdio em relação a essa questão da academia da Polícia Militar, esses jovens que estão aqui angustiados hoje, numa questão que estava resolvida e me parece que agora a gente foi pego de surpresa com essa notícia. E a gente pede o empenho de Vossa Excelência, de resolver essa questão, por uma questão de justiça também, compromisso feito, tem que ser compromisso cumprido. Esta semana eu estive com o Governador Daniel Pereira e ele afirmou que se a Assembleia não cumprir a parte compromissada com o Governo, ele também não tem como cumprir e dar o início ao curso de formação. E nós colocamos emendas individuais nossa, tanto eu como o Deputado Jesuíno, o Deputado Léo Moraes, Deputado Hermínio, vários deputados colocaram emendas individuais para que isso acontecesse. Segurança Pública é uma pauta que a população vem cobrando de nós. Então, podem contar com o meu apoio em relação a isso e nós vamos cobrar que esta questão seja resolvida. Outra questão, senhor Presidente, que eu recebi hoje no gabinete uma denúncia feita pelo sindicato do DETRAN, SINSDET, teve uma denúncia para mim de um possível favorecimento de uma empresa de vistoria de veículo eletrônico que tem acontecido no interior do Estado. Isso não tem acontecido na capital. Mas, no interior do Estado, as pessoas que moram nos distritos, elas têm que se deslocar do seu distrito para a sede do município, para poder ir até essa empresa fazer a vistoria do veículo, gerando gasto, ônus para o contribuinte, principalmente porque ele já está pagando pelo serviço com o seu IPVA e tudo mais e a gente está vendo aqui o seguinte, a seguinte legalidade que nós vamos apurar; que existe nos distritos uma base ali do DETRAN, uma CIRETRAN que tem o servidor concursado, capacitado para fazer essa vistoria e através de uma norma interna do DETRAN. Na verdade, um despacho feito pela equipe técnica do DETRAN, está proibido dos servidores públicos que fizeram concurso para fazer essa vistoria, de fazer vistoria. Está tendo aí uma incoerência, ou um direcionamento para beneficiar certa empresa e é isso que nós vamos apurar. Recebi a denúncia hoje, nós vamos levantar essas informações, que

de fato existe um servidor lá no distrito para fazer a vistoria; porque que ele não pode fazer? Porque o contribuinte tem que levar o seu carro, a sua moto até a sede do município, do seu distrito para poder fazer a vistoria direcionado a uma certa empresa. E é isso que nós vamos apurar através dessas denúncias feita hoje pelo Presidente do Sindicato, SINSDET, o Adonias Rodrigues, e muito em breve nós estaremos trazendo informações a respeito dessa denúncia. Então, é isso que eu queria colocar Presidente, esta reclamação, essa denúncia feita pelo SINSDET hoje no nosso gabinete em relação a um possível favorecimento a uma empresa de vistoria do Estado de Rondônia.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, pela Ordem Presidente. Presidente Maurão, eu estava conversando com o Maurão e com o Deputado Léo, agora, a questão, a Assembleia, parece que a receita sei lá, diminuiu alguma coisa assim, a Assembleia, por exemplo, hoje não teria o dinheiro em caixa. Mas o Governo, o Governo também tem que contribuir com uma coisa. Primeiro, a Assembleia repassou além dos três e duzentos que a Assembleia assumiu e repassado em recurso do próprio orçamento financeiro da própria Assembleia, nós Deputados, eu, Deputado Jesuino, Deputado Anderson e Deputado Léo Moraes, repassamos mais de dois milhões em emenda parlamentar. Esse curso é de seis meses, essa academia é de seis meses, esses cinco milhões e meio mais ou menos que nós os Deputados juntos com a Assembleia repassamos para o Estado, para custear essa academia, ele não vai ser gasto de uma vez, inclusive esse dinheiro é para pagar a bolsa de vocês, pagar a bolsa dos remanescentes, esse valor, essa despesa, vai ser gasta no decorrer de seis meses. O Estado, não pode alegar e exigir que o dinheiro esteja todo na conta do Estado hoje Deputado Anderson, para poder iniciar a academia, o Governo também está intransigente, ele está dificultado também Deputado Ezequiel. Por isso a Assembleia está... O Deputado Maurão já vai dar ok daqui a pouco, o Estado pode descontar agora no repasse de novembro e dezembro, os três e duzentos do repasse institucional da Assembleia. Por isso, Capitão Marcelo, eu não sei se ele está aqui na Casa, se tem alguém aqui do Governo. Mas dizer para o Governo, que o Governo está sendo intransigente, tem que parar com essa putaria, com essa putaria de toda hora... De toda hora estar arrumando picuinhas, porque isso já foi longe demais, já foi longe demais, tem gente aqui, tem remanescente que desde abril, maio, Deputado Maurão, já saiu do emprego, o Estado dizendo que lá no máximo julho iniciava a academia. Aí programa tudo para 05 de novembro, e agora vêm com essas conversas, conversas todas atravessadas que não procedem. O que é certo que o Presidente vai garantir. Agora está garantido o recurso da Assembleia e o Estado, não precisa de dinheiro hoje na conta, porque as despesas de vocês, essa despesa do custo da academia, ela vai ser, ela vai decorrer exatamente no período aí no decorrer da academia dos seis meses, está bom Presidente? Falar para o Capitão Marcelo, mandar um recado para o Capitão Marcelo, Capitão Marcelo, eu passei esse processo todinho, nunca te xinguei, nunca te xinguei e espero terminar esse negócio sem xingar vocês, sem xingar o Governo, porque já foram longe demais. Vamos chamar os trabalhadores, vamos resolver isso, a Assembleia já arrumou o dinheiro, e

não venham com essa conversa que tinha que ter o dinheiro até amanhã na conta para poder iniciar o curso dia 31. Até porque o das nossas emendas, dois milhões e pouco já está lá à disposição do Estado entendeu Deputado Léo Moraes? E os outros três e duzentos, o Presidente, vai garantir agora, encaminhar um ofício para o Governo hoje dizendo: “olha está autorizado a descontar do repasse de novembro e dezembro da Assembleia o valor desses três milhões e duzentos, e aí acaba essa conversa”.

O SR. LÉO MORAES – Questão de justiça, Deputado Edson, até enaltecer a postura do Deputado Hermínio Coelho, que foi quem mais alocou recursos mediante a emenda parlamentar para formação dos nossos policiais militares independentes de processo, de sucesso ou não, ele continua na luta o dia todo para que isso aconteça em defesa da sociedade no Estado de Rondônia. E fica aqui o nosso congraçamento, e parabenizar o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. EDSON MARTINS – Presidente, eu só gostaria, senhor Presidente, de dizer que no meu entendimento, isso foi um compromisso assumido com esta Casa, um esforço enorme de alguns Deputados abrindo mão até das emendas, e com certeza é importante para o Estado, é importante para esta Casa, é importante também para o Governo do Estado. Eu tenho certeza que esse compromisso vai ser honrado, esse compromisso vai ser honrado. Mas eu gostaria de aproveitar Presidente, e pedir, nós temos aqui a Mensagem 146, e nós precisamos votar hoje esse Projeto. Ele diz: autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional por anulação. Mas só que nós estamos no final de exercício e num final de mandato, o Governo precisa fechar isso é interesse do Estado fechar bem esse mandato. E eu tenho certeza que o Governo do Estado, também pode contribuir a dificuldade que está tendo, houve queda de arrecadação, agora no final do exercício, mas o Presidente Maurão, a equipe ali, nós já combinamos que o Rafael, que já está achando uma forma que vão fazer esse repasse, mas, nós precisamos hoje Deputado Lazinho, aprovar esse é o chamado guarda-chuva, é aquele que vai dar condição ao Governo do Estado em tempo hábil para estar anulando alguma despesa, que às vezes ainda não foi consolidada, que pode ser anulada para que possa dar prioridade aqueles compromissos que precisa ser sanados. Então, Presidente, nós precisamos votar hoje este Projeto, para que o Governo, a sua equipe econômica tenha condição de fazer um trabalho no final do exercício e fechar bem o mandato e com certeza resolver esses compromissos que foram assumidos e compromisso que realmente precisa ser cumprido. Então, tem o meu apoio, nós precisamos realmente achar a forma para resolver, para que possam essas pessoas que já mudaram do interior muito deles para começar essa academia, isso não pode ser cancelado. Então, com certeza, esta Casa, Presidente Maurão, nós vamos buscar alternativa para que possa ser resolvido e sanado esse compromisso que foi feito com esta categoria, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, só corroborando com a situação. Esta discussão, acredito que não era nem para estar chegando esse patamar, mas eu vejo

que infelizmente por questões políticas as pessoas começam a tomar algumas medidas, medidas essas que as máscaras começam a cair. E o Governo, esse Governo do Daniel junto com o Governo Confúcio recebeu a Corporação com um quantitativo totalmente agora se for entregue diferente, ou seja, com redução no efetivo. Então nós, através do nosso mandato encaminhamos recurso para a reforma da Diretoria de Ensino, encaminhamos recurso, eu acredito que foi o segundo deputado que mais encaminhou recurso para manutenção e formação desses jovens e pessoas que estão aí na iminência de serem chamados. E acredito na sua condição Presidente, a sua postura como Parlamentar que conduziu essa Casa por dois mandatos consecutivos, que vai fazer o possível e o impossível para manter esse acordo, e acredito que já está chancelado. Então era isso que eu queria falar nessa tarde, e o Capitão Marcelo, ele poderia também ajustar contas como o Vice-Presidente Edson está pedindo aí que, nós já aprovamos o guarda-chuva, tem orçamento para enxugar de algum lugar, aprovamos o orçamento, faltou só o financeiro. Então tirei de alguns locais que tem condições de tirar para salvaguardar esse direito, isso é questão de nossos técnicos aqui também discutir com os técnicos deles para tentar chegar num consenso deputado Léo Moraes. Por que hoje o deputado Edson que quer aprove o guarda-chuva, vai cortar emenda, vai cortar um monte de recurso aí para tentar ajustar algumas áreas por que não o Presidente Maurão tentar fazer essa composição? Cabe agora o senhor chamar eles também ajustar esses números aí que faltam, se caso aja uma falta também para cobrir o orçamento da Assembleia. Mas o senhor tem total condições e preparo para resolver essa questão, estamos à disposição também para ajudar.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Jesuíno. Cumprimentar cada deputado, cumprimentar aos servidores, pessoas que prestigiam essa sessão; aos remanescentes do concurso que eu creio que a grande maioria. Deputado Jesuíno colocou muito bem aqui a questão do guarda-chuva. O que é o guarda-chuva para as pessoas que estão lá poderem entender? É nós darmos todas as condições, autorizar o Governo a fazer os remanejamentos, fechamento de conta, nós damos aqui autorização, ele vai poder cancelar algumas emendas e pagar, ajustar outra para que ele possa fechar as contas. Então isso se chama guarda-chuva e a Assembleia está autorizando o Governo fazer remanejamento para que ele possa fechar as contas. O dinheiro está pouco, está curto, final do ano nós tivemos uma queda grande na receita que diminuiu a receita do Estado, depois daquela crise dos caminhoneiros, tivemos aí depois disso uma queda grande na nossa receita, segundo o Governador, me passou hoje, que depois que ele assumiu tivemos uma perda de duzentos e quinze milhões de reais. Deputado Lazinho, eu não acredito que é tudo isso, mas foi porque nos atingiu aqui também na Casa, nós tínhamos uma previsão de receita, nós só esse mês nós tivemos um milhão e meio a menos no repasse da nossa receita. Nós tivemos que demitir este mês quase quatrocentos mil reais na folha, nós abaixamos, inclusive eu cortei gasto e demiti alguns servidores que eram de deputados, alguns estão até aí meio bravinhas comigo, mas eu tive que fazer isso e vou ter ainda que fazer para o próximo mês pelo menos mais um 50% desses que já

foi cortado no mês de novembro, no mês de dezembro, baixar dois milhões deputado Airton, dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil reais na folha nesses três meses, porque foi a perda, a queda que nós tivemos no repasse. Conforme o Estado arrecada é que vem o repasse do Poder Legislativo, então como o Estado teve a perda nós tivemos uma perda só no setor de pessoal de dois milhões e pouco, temos que baixar na folha. Só esse mês foi um milhão e quinhentos a menos, Deputado Adelino, que nós tivemos de repasse dentro da normalidade que estava para ser arrecadado a menos. Então, nós temos que fazer esse ajuste, só que o nosso mandato vai até janeiro, vai até o dia 31 de janeiro, então nós podemos fechar as contas, nós temos um compromisso com a Lei de Responsabilidade até o dia 31 de dezembro, mas para fechar as contas nós podemos fechar até dia 31 de janeiro que encerram esse mandato. Com isso... Hoje de manhã o Capitão Marcelo me procurou e falou assim: - deputado nós precisamos daqueles três milhões e duzentos dos remanescentes, eu falei 'olha, eu não estou tendo em caixa esse dinheiro hoje, mas nós vamos, nós estamos cortando gastos, reduzindo gastos da Casa, estamos fazendo o fechamento para que a gente possa cumprir todos os nossos compromissos que nós fizemos nesta Casa nós cumprimos até hoje'. Então eu preciso só de um prazo, Deputado Lazinho, novembro, dezembro para passar o financeiro porque o orçamento nós já passamos, que para mim é quase o pior, se você tem orçamento vai ter o financeiro, mesmo que caiu, talvez o orçamento fique um pouquinho a mais, mas o orçamento é o pontapé principal que o Governo precisa, Deputado Jesuíno, então o orçamento ele tem. Segundo, a academia é em seis meses, não é isso? São seis meses, não é todo de uma vez o dinheiro, se eu passar em seis vezes três milhões e duzentos vai dar quanto? Vai dar R\$ 500 mil por mês, quinhentos e alguma coisa. A academia começou agora, então porque que eu tenho que passar os três e duzentos agora? Então o Governador também tem que ter essa compreensão e nós estamos aqui, nós vamos aprovar o guarda-chuva que ele quer, quer dar a chave aqui, toma aqui governador, fecha tuas contas, mas nós vamos ter que conversar com ele de hoje para amanhã e eu espero, eu tiro este projeto da pauta para que amanhã a gente converse com ele e a gente resolve, que o problema não é só dele, o problema dos remanescentes já era do Governo e a Assembleia assumiu com o nosso próprio orçamento, porque foi o Governo que fez o concurso, não foi o Daniel, foi o Governo do Estado que fez o concurso que já vinha protelando, que já vinha querendo não ser chamado e que essa Assembleia, esta Casa fez a parte dela em fazer essa intermediação e disponibilizasse as suas emendas individuais, que a gente maioria dos deputados num ano eleitoral tirou as suas emendas como o Deputado Hermínio, inclusive perdeu a eleição, que tirou as suas emendas que ia para uma associação, que ia para uma outra entendendo que era importante atender vocês, e ele tirou as emendas individuais, mais alguns deputados tiraram, o Deputado Jesuíno, mais outros tiraram, e nós tiramos do nosso orçamento três milhões e duzentos para fazer o montante para chegar num consenso e vocês pudessem ser chamados. Então a Assembleia fez tudo que pode, aprovou e já liberou o orçamento, apenas não passou o recurso porque tivemos essa queda, em dois meses aqui nós perdemos mais de três milhões do nosso

financeiro que vinha para Casa que estamos reduzindo despesa. Mas hoje pela manhã mesmo na hora que eu conversei com o Governador, que eu nem acreditava que ele ia fazer isso, eu já cheguei aqui e chamei o Secretário de Planejamento, Deputado Anderson, chamei e falei 'olha, faz uma programação aí para novembro e dezembro', podia fazer novembro, dezembro e janeiro, podia passar um milhão por mês que ia dar para pagar a academia tranquilo, um milhão por mês, e não ia ficar pesado, ia ficar menos pesado para nós do que hoje eu ir lá e tirar três e duzentos e faltar o dinheiro do 13º dos funcionários que vão, rescisão e tal, as contas nossas estão redondas e nós vamos fechá-las redondas, nós vamos mudar ainda este ano para o novo prédio com as contas em dia. Agora nós fizemos um planejamento, caiu um pouco a receita nós estamos cortando gastos, mas nós não vamos deixar de cumprir com o compromisso que nós fizemos com vocês, por isso eu já oficializei na parte da manhã, depois se vocês quiserem eu posso até dar uma cópia, e está na mão do Governador, eu só pedi uma treguazinha no repasse e eu não acredito que o Governo nenhum momento está com a conta com menos de três, cinco, seis, dez milhões lá, esse dinheiro não é dinheiro, então falta um pouco mais de vontade e eu gostaria que o Governador Daniel entendesse, que o Capitão Marcelo que foi interessante que ajudou muito para que isso acontecesse, e eu vou chamar ele daqui a pouco para que gente chegar num entendimento, e amanhã deputado nós vamos aprovar sim o guarda-chuva entendendo que o Governo precisa fechar as contas, porque ele está com muito pouco dinheiro, está com dificuldade. Hoje mesmo eu vi um fornecedor que estava lá pela manhã tentando receber e está faltando orçamento, está fechando as contas muito apertado. Então nós temos um compromisso com o Estado de Rondônia e temos compromisso com vocês que são remanescentes e podem contar, não é porque perdi a eleição como o Jesuíno perdeu a eleição, como o Ezequiel Junior e aqui uma meia dúzia, o Hermínio que foi uma das pessoas que ajudou muito nesse projeto que nós vamos deixar de cumprir. Eu acho que compromisso é compromisso e todos foram bem votados e com certeza. Eu perdi a eleição para o 17, mas não é por isso que estou deixando de cumprir os compromissos não, não é? Vou pedir para o candidato '17', não é que é o Bolsonaro. E o Marcos eu só tenho que parabenizar a ele que teve a sorte de ir para um partido que o povo votou nele até sem conhecer, mas votou no 17. Eu desejo a ele que faça um bom mandato, até porque sou rondoniense, sou de Rondônia, vou continuar morando aqui. E o que eu puder eu vou ajudar, sei que sem mandato eu não tenho a força que eu tinha antes quando tinha antes com mandato, mas com o meu conhecimento, com a minha vontade o que eu puder vou ajudar para que o Governo Marcos Rocha possa fazer um bom Governo. E que o Presidente da República, também que foi eleito com o 17 também nos ajude e faça que o país venha realmente crescer que é a esperança do povo brasileiro.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Senhor Presidente, Questão de Ordem, pela Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu recebi informação que o Governo, a Secretaria de Segurança já vai suspender o cronograma e o início da Academia para o dia 05, e alegando esta questão da Assembleia que a Assembleia não vai repassar o recurso. Eu queria que Vossa Excelência pedisse, já encaminhasse um documento para o Estado agora e pedisse para ele não fazer isso...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou pedir! Eu nem acreditei, Deputado Hermínio. Porque de manhã eu falei com ele, eu nem acreditei que o Governador iria fazer isso. Eu só falei: 'Governador, nós estamos com um problema financeiro, mas a gente vai... e eu precisava de uma trégua'. Se o Estado tivesse condições... Quantas vezes a Assembleia devolveu dinheiro para o Estado? Se faltar R\$ 3 milhões para quem já devolveu R\$ 30, R\$ 40 milhões não era muito, não é? Mas já eu entendo que o Estado também está com dificuldade financeira. Eu sei que ele está com dificuldade de fechar as contas, é o último ano mandato. Nós vamos cortar o gasto, o que tiver que se cortado. Nós já cortamos diárias, já encerramos tudo, já cortamos, exoneramos. Eu não falei aqui R\$ 400 mil na Folha, nós baixamos, os excedentes nós estamos tirando justamente para poder cumprir e fechar as contas, Deputado Hermínio. Não vamos deixar de cumprir jamais entendendo o quanto que essas pessoas dependem deste trabalho e a sociedade precisa...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Ô Presidente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com certeza nas ruas trabalhando e nós não vamos deixar de cumprir, não.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Sim.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou estar daqui a pouco entrando em contato com o Governador Daniel Pereira, pedindo para ele manter o compromisso que a Assembleia vai manter o compromisso. Entendeu?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Presidente, já manda o Ofício autorizando, dizendo que o Estado está autorizado a tirar no repasse...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu já mandei.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então pronto!

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu já mandei de manhã. Eu conversei com o Governador e ele falou: é, mas eu vou suspender se não passar o dinheiro. Eu mandei por escrito dizendo que novembro e dezembro eu passo o dinheiro. Porque, gente são seis parcelas. Se você olhar são R\$500 mil por mês, Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É isso mesmo.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não é mesmo? Não são R\$ 3 milhões lá que vai faltar o pagamento do pessoal que tem que receber da Academia, não. Porque a

nossa parte nós estamos cumprindo e as Emendas individuais o dinheiro já está lá.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Já está lá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Para vocês terem uma ideia, vocês que estão nos ouvindo, as emendas individuais o dinheiro já está lá. Então nós não temos nada pendente. Falta três e duzentos, mas o valor foi quase R\$7 milhões, não é isso?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Foi cinco e meio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Cinco e meio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Foi cinco e meio.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então dos cinco e meio para três e duzentos, dá quanto?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Dois e trezentos.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Dois e trezentos, dois e trezentos já estão lá na conta do Governo. Já está lá, Deputado Léo Moraes. Dois e trezentos já estão lá. Ele já pode gastar com a Academia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Se já tem a autorização para descontar lá então não tem por que...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Já tem a autorização. O dinheiro já está lá, então não é o motivo do Governador cancelar a Academia dos remanescentes. Então por isso que eu peço aos deputados que o projeto do... Como é que fala aqui? Do Guarda-Chuva, nós aguardamos para amanhã para a gente ter uma conversa com o Governador que ele possa entender que nós não estamos errados, nós estamos certos. A única coisa... Se nós estivéssemos com dinheiro sobrando como sempre, a Assembleia sempre teve dinheiro, mas agora infelizmente tivemos essa queda, nós repassávamos não teria problema nenhum antecipar, mas a nossa parte está cumprindo dois e trezentos já está lá e os três e duzentos vão ser passados em novembro e dezembro. Esse é o compromisso, e vocês podem ficar tranquilos que a nossa parte nós estamos fazendo, não estamos deixando de cumprir.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Obrigado, Presidente, é isso aí. Agora, se não acontecer, a culpa é do Governo. Assembleia, vocês estão aqui ouvindo...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – A Assembleia não tem culpa.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Está tudo ok. E eu espero que o Governador Daniel, o Capitão Marcelo também não venha, venha cumprir direitinho e que mantenha a Academia para o início dia 05, agora.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Maurão, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID – O que aconteceu, fui lá visitar a DE e eles estão com essa desculpa porque Diretoria de Ensino, não, uma ala ainda não avançou as construções. Faltou material, faltou fazer processo licitatório de algumas questões lá de materiais, também. Então o que está acontecendo? Não tem como iniciar dia 05, e estão jogando a culpa na Assembleia Deputado Hermínio. Porque o Orçamento foi aprovado, o financeiro parcela. Então tem que ir lá, Deputado Hermínio, a gente pode ir lá à Diretoria de Ensino, juntos, amanhã, mesmo. Monta uma Comissão, vê qual é o prazo para eles terminarem a obra para iniciar o curso. Porque o aluguel também o valor é alto, e aí não tem como alugar também. É isso que está acontecendo viu, Deputado Hermínio, tem que ir lá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu vou suspender a Sessão só por cinco minutos aqui, só para chegar num entendimento ao Projeto e voltamos à Sessão, é só para chegarmos a um entendimento aqui.

(Suspende-se esta Sessão às 16 horas e 09 minutos e inicia-se esta Sessão às 16 horas e 40 minutos)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está reaberta esta Sessão. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer à Mesa Diretora, que seja encaminhado Moção de Pesar aos familiares do Reverendíssimo Bispo Emérito de Ji-Paraná, Dom Antônio Possamai, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 27 de outubro de 2018, nesta Capital.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o requerimento do Deputado Lazinho da Fetagro. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora, que seja realizada Sessão Solene no dia 22 de novembro de 2018, às 09 horas, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO em comemoração aos seus 10 anos de instalação em Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento de autoria do Deputado Ribamar Araújo. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer Voto de Louvor a ADJORI/RO – Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado de Rondônia, pela importância contribuição e trabalho desenvolvido no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento do Deputado Adelino Follador. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DE DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer Audiência Pública no dia 19 de novembro de 2018, às 9 horas, no Plenário desta Casa, para discutir sobre o Projeto 1069/2018, que tramita nesta Casa de Leis, que “Institui o Programa Estadual de Transporte Escolar, direcionada a transferência de recursos para custeio do transporte do educando residente em Zona Rural”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento do Deputado Adelino Follador. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, realização de Audiência Pública, para o dia 12 de novembro de 2018, às 15 horas no Plenário desta Casa de Leis, a fim de tratar sobre a Lei nº 1146, de 12 de dezembro de 2002, onde trata da alteração dos limites com exclusão e ampliação da superfície do Parque Estadual de Guajará-Mirim, criado pelo decreto nº 4.575, de 23.03.90.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento do Deputado Lebrão. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer “Voto de Pesar” aos familiares de Edmar Maia de Oliveira, soldado da borracha que faleceu na manhã desta sexta-feira dia 19, no Hospital de Base da cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento do Deputado Léo Moraes. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para os familiares do senhor Júlio Cezar Costa Dantas, amigo de infância deste Parlamentar que faleceu no dia 17 de outubro de 2018, vítima de falência múltipla de órgãos, nesta Capital.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, só aproveitar para registrar a presença do Presidente do PRB de São Miguel, nosso amigo Luiz Alberto; registrar também a presença do Vereador de Cujubim, Jonas da Feira, acompanhando toda a comitiva de Cujubim e agradeço a presença de todos. Muito obrigado. E agradecer a presença em nome do nosso Deputado Federal eleito, Léo, o nosso amigo Quixadá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com base no artigo 237 do Regimento Interno, incluo para votação nesta Ordem do Dia o Veto Parcial nº 061/18.

Sr. Secretário, continue a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL 176/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 202. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1063/18, de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Dispõe sobre a regularização da atividade de Bombeiro Civil, no âmbito do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado da Comissão de Justiça, Deputado Léo Moraes, para emitir parecer pela Comissão de Justiça.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente. Veto Total ao Projeto de Lei nº 1063, a Mensagem 202, do Deputado Jesuíno Boabaid, que diz respeito à regulamentação da atividade do Bombeiro Civil; tem o Veto do Governo do Estado e pelas Comissões pertinentes, nós somos contrários ao Veto apostado pelo Executivo Estadual, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Senhor Presidente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto, o relator, o Deputado Léo Moraes, deu o parecer pela rejeição. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Aprovado o parecer.

Em discussão o Veto...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só discussão, o projeto em discussão, ele não traz despesa para o Estado. Inclusive eu queria verificar se estão aqui os representantes dos Bombeiros Civis; se encontram presentes? São vários bombeiros civis que se encontram presentes. Não é matéria inconstitucional, até porque o próprio relator, tem uma Lei Municipal de sua autoria, que até hoje vigora no Município de Porto Velho e não trouxe nenhum prejuízo a ninguém. Então, esta Casa já legislou em uma Lei pretérita a esta, inclusive está sendo discutida a sua inconstitucionalidade e nós pedimos o apoio aos nobres pares, que derrubem o veto. Não traz nenhuma despesa, não traz nenhum problema e que nós, após caso haja qualquer discussão depois da sua promulgação, a gente senta e discute os ajustes e faz outra alteração se for necessário. Então, é por isso que eu peço o apoio de todos, Deputado Hermínio, porque não vai causar nenhuma despesa, não vai causar nenhuma forma de prejuízo ao Executivo. Obrigado Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Em votação o Veto, votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Anderson do Singeperon	- não
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 13 votos ‘não’, 04 ‘sim’, está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente. Próxima matéria.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, só uma Questão de Ordem. Nós temos uma Proposta de Emenda Constitucional 042/18 e diante do pedido de vários colegas nossos, em especial do engenheiro elétrico da cidade de Vilhena, o Geovani, que trata a respeito dos servidores. Eu estou comunicando que eu também estou assinando a PEC aqui. Então a PEC 042 de 2018, recebe mais uma assinatura de apoio.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário ad hoc) – VETO TOTAL 177/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 209. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 233/18, de autoria do Deputado Léo Moraes, que “Dá nova redação ao § 3º do art. 56-A da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Luizinho emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, vê se fecha aí, já está ok.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está com Deputado Luizinho para emitir parecer. Eu já transmiti o resultado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O Projeto do Deputado Jesuíno, lá dos Bombeiros foi o que? Foi derrubado o Veto então?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Foi.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Gostaria de agradecer a todos os Deputados, os 13 Deputados que votaram favorável pela rejeição do Veto, a todos os Bombeiros Civis, aqui representados pelos representantes dos Sindicatos. E dizer aos pares que não há nenhuma espécie de obrigação de manutenção de Bombeiro Civil, o que há é que a exemplo da Boate Kiss, que várias pessoas foram a óbito por conta de não ter o devido ajuste, as devidas prevenções, e o Bombeiro Civil sim é importante a sua função dentro dos órgãos e ambientes que haja fluxo de pessoas. Então, parabenizar tanto esta Casa, que aprovou uma Emenda Constitucional, que garante que as Prefeituras que não tem Bombeiros Civis, ou seja, Bombeiros Militares possam fazer convênios com os Bombeiros Civis e também agora com esse Projeto de Lei que dar uma regulamentação a carreira.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Presidente, aportou a esta Casa sob Veto Total nº 177/18 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 209. Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 223/18 de autoria do Deputado Léo Moraes, que “Dá nova redação ao § 3º do art. 56-A da Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992”.

Portanto, nosso parecer é contrário ao Veto pelas Comissões pertinentes. Pela sua legalidade, constitucionalidade e regimentabilidade rejeitamos o Veto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em votação o parecer pela rejeição do Deputado Luizinho Goebel. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em discussão e votação o Veto. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Anderson do Singeperon	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, eu vou explicar o Projeto, é só uma emenda a um Projeto que já existe no qual permite os profissionais da área de saúde com carreira regulamentada exercerem oitenta horas semanais na carga horária de trabalho que já é da Constituição Federal no artigo 37, já diz que “profissionais da área de saúde com carreira regulamentada pode ter dois vínculos empregatícios desde que não tenha incompatibilidade de horário”.

Então só se coloca, inclui nesse Projeto de Lei as carreiras regulamentadas que não estavam completas no projeto, está completando agora através dessa emenda do deputado Léo Moraes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com 17 votos ‘não’, está rejeitado o Veto. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Secretário Ad Hoc) – VETO PARCIAL Nº 061/18 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 224. Veto Parcial ao projeto de Lei Complementar nº 242/18, de autoria do Poder Executivo que “Extingue a Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos Municípios de Porto Velho e Cujubim, criada pelo Decreto nº 22.690, de 20 de março de 2018”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto encontra-se sem parecer, solicito Deputado Jesuíno para emitir o parecer pelas Comissões.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Sr. Presidente, trata-se de Veto Parcial nº 061/18. Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 242/18, de autoria do Poder Executivo que “Extingue a Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos Municípios de Porto Velho e Cujubim, criada pelo Decreto nº 22.690, de 20 de março de 2018”.

A emenda consignou as Reservas que foram, no caso antes do Governo Confúcio, na sua saída, ele fez uma Reserva de 11 locais, então tendo pessoas que residem há mais de 30 anos com títulos definitivos expedidos pelo INCRA, pelo Terra Legal, e que já não há nem condições de ser Reserva. Então, motivo pelo qual, por não ter um estudo, por não ter autonomia discutida com esta Casa, que inclusive nós fizemos uma Lei e uma Emenda à Constituição do Estado que o Governo não pode, por decreto nenhum, fazer essas Reservas. Então, por tudo que foi exposto é que sou de parecer favorável pela rejeição ao Veto Parcial 061/18, Mensagem 224.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, senhor Presidente? No caso aí deputado Jesuíno, Vossa Excelência o parecer é para rejeitar o Veto do Governo, para manter a emenda que esta Casa colocou? E só para concluir, o Deputado Alex também está na tribuna, parabenizar o deputado Jesuíno pelo voto do relator, por manter, por derrubar o Veto a esse projeto e manter essas áreas, essas 11 Reservas sendo anuladas por esta Casa mais uma vez. Já é a segunda vez que esta Casa toma essa posição. É inaceitável, Deputado Adelino, que venha um projeto e aí eu respeito por que veio uma, esse Projeto Soldado da Borracha é na Reserva na região do Cujubim, mas nós não podemos ser injustos e covardes com todas os outros moradores e famílias que moram nas demais áreas que foram feitas Reservas, criadas como Reservas por um Decreto do

Governo estadual. Eu acho que foi irresponsabilidade muito grande, foi um ato muito infeliz do ex-governador, do ex-governo, foi um ato infeliz, talvez na minha concepção um dos erros mais graves que ele cometeu nos seus 8 anos de mandato, porque destruiu a vida e sonho de milhares de famílias e tornou a vida deles um pesadelo em todas as áreas. Desde a região deputado Lebrão de Costa Marques, São Francisco, da nossa região, como de Cujubim, como de várias áreas. Então, esta Casa mais uma vez, Deputado Jean, cumpre o seu papel em defesa do cidadão, em defesa do pequeno produtor. Eu queria aqui, o Deputado Léo Moraes, que muito honrosamente sai desta Assembleia Legislativa para a Câmara Federal, que ele abraça um projeto de Emenda à Constituição, tirando o poder de Presidente da República e de Governador de criar Reservas por Decreto. Reservas têm que ser criadas pelo Parlamento, por Projeto de Lei, Deputado Jesuíno. É inadmissível um homem só destruir a vida de milhares de pessoas, nós não podemos mais aceitar isso. Tem que ser mudada a Constituição e para criar qualquer área de Reserva, Deputado Léo Moraes, Vossa Excelência que vai estar em Brasília, tem que ser passada pelo Parlamento. É o Parlamento que representa o povo, é o Parlamento que legisla, então tem que ser aprovado pelo Parlamento. E eu queria parabenizar mais uma vez esta Casa, Presidente Maurão, Vossa Excelência que abraçou também esta causa junto com o Deputado Ezequiel Junior, junto com todos os 24 deputados aqui, e queria parabenizar por mais este momento histórico que a Assembleia Legislativa neste serviço presta ao povo de Rondônia hoje.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Deputado Laerte. Fazer só um registro aqui, o Prefeito da cidade do Deputado Ezequiel Junior, o Prefeito Leomar lá de Machadinho, obrigado pela sua presença, obrigado a todos que vieram de Cujubim, de Machadinho, vieram da região que tinham essa preocupação como o Prefeito Leomar de Machadinho que tem as suas propriedades, que tem uma grande maioria das pessoas que moram nas cidades que estavam sendo prejudicados e a grande maioria deles perderam noites de sono, preocupados com a criação dessas Reservas. Infelizmente, o Confúcio errou muito na criação dessas Reservas e o Governo errou e o Governador Daniel, nós pedimos para que ele vetasse esse projeto, infelizmente, ele mantivesse a aprovação do nosso projeto, ele vetou, mas mesmo assim a Assembleia entendeu aqui, a maioria dos deputados; todos, para não dizer a maioria, todos os deputados, que nós tínhamos que derrubar a criação dessas Reservas. Nós recebemos agora esta semana aqui várias ONGs, eu acredito que algumas estão no meio de vocês aí no plenário, pedindo para que a gente não votasse esse projeto, eu não recebi nenhum, até porque eu acredito o seguinte, que as ONGs, nós temos respeito com elas, mas que elas trabalham para buscar e algumas são ONGs milionárias que têm muito dinheiro, que elas arrumem dinheiro hoje para investir nas nossas Reservas, se tiveram investimento para manter a mata em pé, prefeito, aí com certeza todos nós vamos trabalhar para isso, mas as pessoas não vivem somente da mata de pé, as pessoas vivem do setor produtivo, vivem da produção e a grande maioria dos que vieram para Rondônia vieram para trabalhar e nisso nós entendemos que o setor produtivo tem que ser respeitado. Por isso que a Assembleia, por

unanimidade, votou contra a criação dessas Reservas que foram criadas, a grande maioria delas, no setor produtivo, em cima de propriedade escriturada, titulada e pessoas que estão aí há centenas de anos, mais de cem anos, são terras que vieram dos seus avós, dos seus bisavós e que são terras de herança escriturada e documentada. Infelizmente, o Governo errou muito na criação dessas Reservas e a Assembleia entendeu que tinha que vetar e nós fizemos a nossa parte vetando toda a criação das 11 Reservas no Estado de Rondônia. Foi um compromisso que nós assumimos e que nós estamos aqui cumprindo votando novamente derrubando este veto do Governo do Estado. As ONGs nós recebemos, mas queremos que elas venham olhar para as nossas matas virgens e que elas ajudem os países desenvolvidos, que hoje não tem mais Reservas, para que venham investir nas nossas Reservas pagando por isso. Se eles pagarem, aí nós vamos cuidar das nossas Reservas, com certeza vai dar para sobreviver as pessoas, porque têm muitas Reservas, nós temos 70% das nossas áreas que são Reservas e grande maioria dos municípios como Guajará-Mirim, deputado, que tem 90% das suas áreas de Reserva, hoje tem dificuldade financeira para manter a economia do município, o município tem dificuldade de pagar a folha de pagamento e para fazer investimento. Então, Rondônia precisa realmente manter o setor produtivo. É claro que tem algumas áreas dessas, Deputado Adelino, que são áreas de Reservas, mas que nós, futuramente, eu não vou estar aqui deputado, mas vocês eleitos que façam permutas de áreas que não são Reservas mais, com essas áreas, para que seja mantida, mas permutando áreas que hoje estão lá como se fossem Reservas e que não são Reserva, como lá em Cujubim tem a do Papagaio, do Periquito, Mutum, que não são mais Reservas, tem mais de sete mil famílias, prefeito, vereadores e comunidades aqui presentes, que não são mais Reservas. Então vamos pegar onde é Reserva que está nessas áreas tem duas ou três que são Reservas e permuta por ela e aí libera essa área para que as pessoas possam ter o documento de sua propriedade e possa produzir com a sua documentação legal, saindo de uma área taxada, documentada como Reserva. Então precisa ser feito isso com a lei do zoneamento e por isso eu faço esse apelo aos deputados que foram reeleitos para que dê continuidade, que o Governo Confúcio já era para estar com esse projeto aqui aprovado que é a lei do zoneamento e nós já teríamos resolvido o problema da regularização das Reservas que não são mais Reservas principalmente das Reservas que não são mais Reservas. E as ONGs que arrumem dinheiro para fazer investimento para que a gente possa ter condições de manter as nossas Reservas mais com investimento. Esses países que têm dinheiro, então, que eles venham investir nas nossas matas pagando por isso. Assim eu sou favorável. Obrigado a todos os deputados.

O SR. ALEX REDANO – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO – Gostaria de falar que hoje, deputados, nós estamos fazendo justiça. Um dos maiores erros do Governador Confúcio Moura foi à criação destas Reservas. Foi um desrespeito com toda a população e o desrespeito com esta Casa de leis. Porque um dia, antes da criação das Reservas nós aprovamos uma PEC aqui mudando a Constituição Estadual,

proibindo a criação de Reservas por Decreto. Antes desta promulgação da PEC o Governador Confúcio criou essas 11 Reservas. E é muito estranho, gente. Muito estranho a criação de 11 Reservas, rapidamente, principalmente áreas que tem pessoas com Títulos Definitivos da terra. Então hoje aqui estamos resolvendo parte deste problema que vai continuar este problema, mas precisamos da união de todos os deputados. Os novos deputados que vão vir vamos abraçar essa causa. Rondônia não consegue cuidar das Reservas que já tem, imagine criar novas Reservas. Então é um absurdo que estamos fazendo justiça. E, hoje aqui eu quero parabenizar a Casa, unida, principalmente que eu tenho certeza que aqui temos vários grupos com várias reivindicações, e é consenso de todos os deputados votarem a favor da comunidade. Nós temos aqui o Projeto das Seis Horas ao consenso deste voto. Nós temos o pessoal da Eletrobras, da Ceron, a consenso aqui também. Nós temos também os Policiais Militares Remanescentes, inclusive parabenizar a Casa que lutou incansavelmente. Eu tenho certeza que continuará esta luta. Tem muitas pessoas, Deputado Hermínio, quero fazer justiça a sua pessoa. 'Ah, os deputados que de repente não obtiveram um êxito não vão dar continuidade à causa'. Pelo contrário, estão aqui lutando e batalhando. Meus parabéns a esta Casa, a condução do nosso Presidente Maurão. E estamos juntos. O que for de bom para a população nós temos, sim, que dar a cara a tapa e votar a favor da comunidade. Meu muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado Cleiton Roque.

O SR. CLEITON ROQUE – Eu também quero discutir esta matéria, principalmente sobre a questão do Decreto de criação das Unidades de Conservação. É preciso que se esclareça e eu até preciso cobrara mais de Vossa Excelência, do nosso setor de comunicação, porque na semana... Há 15 dias eu ouvi pela voz do Brasil um informativo passando uma informação que ela não condiz com a realidade da questão que envolve a criação destas 11 Unidades de Conservações. Primeiro, dizendo que a Assembleia Legislativa tinha acabado, tinha votado uma matéria, tinha acabado, votado um projeto de lei com 11 Reservas citando a quantidade de hectares, juntas, que seria realmente um ataque muito forte por parte do Legislativo de Rondônia com relação ao meio Ambiente brasileiro. Dizer primeiro. Essas unidades elas não existiam, com algumas exceções. Vamos pegar o caso de uma das Unidades, Deputado Lazineho, lá do Abaitará, são 150 hectares que está lá, há muitos que elas fazem parte de uma Unidade de Conservação. A Fazenda Pau D'Óleo da mesma forma e, uma outra, Unidade aí. Agora ocorreu, Presidente Maurão, dentro destas 11 Unidades de Conservação, dentre essas 11 Reservas algumas aberrações. Por exemplo, foi criada uma Reserva em uma área que tem centenas, dezenas, centenas de Projetos de Manejos que já houve exploração econômica por empresários na área, proprietários na área que é de responsabilidade dele pela manutenção. Temos caso, por exemplo, como aquele do Rio Pardo, de Minas Novas que são situações que moram milhares de famílias lá. Aqui não tem nenhum irresponsável com relação essa questão ambiental. Todos nós somos sabedores das nossas

responsabilidades. E o Estado de Rondônia tem feito a sua parte onde mais de 60% do nosso Estado ainda é área verde, e outra, sobrando menos de 40% para que nós possamos desenvolver a agricultura, a agricultura familiar, desenvolvimento da produção de grãos em larga escala, enfim. Então nós votamos conscientes quando derrubamos, votamos contra aqueles 11 Decretos do Governador por entender que esta situação deveria acontecer uma discussão muito mais ampla nesta Casa aqui. Que esta Casa ela é a voz da população. Nós somos os legítimos representantes. E aqui tem que ser discutido, não da forma que foi daquela maneira do Decreto. Dizer que vou votar de novo na derrubada do Veto com a consciência tranquila de que essa situação precisa ser melhor discutida, e que nós estamos sendo aqui progressistas votando de acordo com a população que de fato contribui para o pagamento do servidor público, para o pagamento da infraestrutura, entendeu? Do serviço que é prestado pelo estado. Porque Rondônia é um Estado de vocação progressista. Com certeza a derrubada desse Veto, vamos continuar na trincheira, na defesa que essa situação seja melhor discutida.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente. Quero cumprimentar aqui o Vereador Adeilton, Presidente da Câmara Municipal de Cujubim; Prefeito de Machadinho; cumprimentar os demais Vereadores; a comunidade aqui presente. E dizer que, com certeza é umas das coisas que o ex-Governador fez, muito mal assessorado no mínimo nesse momento e, com certeza, não tem como criar do dia para noite essas reservas sem pelo menos ter o recurso para indenizar as pessoas. Então, se tivesse tido um estudo, se tivesse tido audiência públicas com aquelas comunidades que moram lá, tivessem entrado em negociação com essas pessoas que moram lá, criou um mal-estar em nível nacional, que é aquilo que vários companheiros já citaram, criou uma imagem de que nós estamos destruindo, que nós estamos abrindo para destruir a mata aqui em Rondônia. Tantos mil hectares, onde está criando uma imagem contra esse Poder Legislativo muito ruim, porque nunca foi essas Reservas nunca foram Reservas, só foram Reservas no papel, não foram Reservas reais, foi criada no papel e não foi instalada até hoje porque as pessoas que estão lá não foram visitadas, não foram consultadas, então elas não existem. Nunca existiu, existiu só um papel que tramitou; que alguém quis aparecer em nível nacional dizendo que é ambientalista, dizendo que estaria preservando o meio ambiente, porque que não cuidam de muitas coisas, muitas Reservas que precisavam ser melhor cuidadas e não estão sendo cuidadas. Aí cria essa imagem de que está fazendo o dever casa nas costas dos outros, sem respeitar as pessoas que moram lá. Conheço a maioria dessas Reservas, estive analisando àquelas que não conheci, e eu considero uma das maiores injustiças cometida nesse Governo passado. E, nós aqui estamos mais uma vez parabenizando todos os companheiros, todos os colegas, pois estamos unidos para tentar corrigir um erro, que é muito negativo, inclusive, isso provocou uma tensão mundial em cima de Rondônia em função desta situação. Foi criado e todo mundo imagina lá fora que estão sendo liberadas agora todas essas Reservas que já eram Reservas há mais tempo, ninguém está dizendo que foi criado por decreto pelo Governador, agora, recentemente não. Está criando uma imagem que, inclusive eu acho que a imprensa. É muito bom divulgar que essas Reservas nunca foram Reservas! Nós só estamos corrigindo um documento que ilegal, que não tem nenhuma legalidade feita pelo ex-Governador Confúcio

Moura, poderia ter sido vetada também pelo Governador Daniel e não vetou. Então, essas são minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Lazinho. Senhor Presidente, nobres deputados, eu quero aqui utilizar essa oportunidade, eu quero dizer Deputado Lazinho, que eu estava aqui na frente do senhor há algum tempo já, e logo em seguida o senhor vai poder falar. Mas eu queria dizer o seguinte: essa é uma das ações com o maior equívoco, foram feitas no Governo passado, é uma ação nenhum pouco planejada e, infelizmente, causa um problema seríssimo social entre as pessoas, econômico e um problema ambiental também. Porque ambiental? Como o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, eu sou veementemente contra essa decisão da criação das unidades de conservação. Uma vez que a gente está criando unidade de conservação em áreas já antropizadas, áreas já ocupadas pelo homem, área que se está produzindo. Então, não é nenhum pouco inteligente se fazer isso. Ao contrário das unidades de conservação que nós já temos e que aos poucos estão sendo antropizadas, nós simplesmente a gente vai lá e cria mais unidades de conservação, o Estado, não nós, 'nós' nos referindo ao Estado, nós como Assembleia Legislativa fomos contra e de forma a ficar ao lado do cidadão votamos contra, criamos uma legislação, uma emenda constitucional que vetava o Governador fazer isso, canetaço, mas que infelizmente foi desobedecida, e foi feito um decreto criando essas unidades de conservação. Unidades essas que, de forma alguma conseguiriam se manter como unidade intacta, essas unidades foram criadas para atender sabe lá qual anseio, mas que sem sombra de dúvidas essa Casa faz justiça; devolve ao produtor rural a expectativa de novamente conseguir a titularidade de seu terreno, a sua posse se tornar domínio de fato e de direito, e que essa Casa possa não só legislar com o Meio Ambiente dessa forma a inibir a criação de uma unidade de conservação que nunca vai ser conservada, mas que a gente possa também defender as resistentes e que a gente possa fazer uma coisa que vai de fato ajudar o Meio Ambiente, que é trazer o documento para as pessoas, é fazer a Regularização fundiária, o Governo do Estado precisa encarar isso de frente, o Governo do Estado precisa discutir a Regularização Fundiária desse Estado, senão, nós não vamos ter desenvolvimento, senão nós não vamos ter uma preservação ambiental e nós não vamos ter uma realidade justa ao homem do campo que padece da documentação da sua área. Nós não vamos ter melhoria de vida para essas pessoas de forma alguma e nós não vamos está preservando o meio ambiente se essas pessoas não têm documentos da área delas. Regularização Fundiária é o caminho para a preservação deste Estado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON – Questão de Ordem? Registrar a presença do Presidente da Associação do Poder Judiciário Antoninho Santana, que se encontra nesta Sessão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Sr. Presidente cumprimentar Vossa Excelência e toda a Mesa, todos os Deputados, aos companheiros funcionários da Ceron, os Remanescentes, a todas as categorias aqui representadas, o Sindicato dos Urbanitários na presença dos seus diretores e o Diretor Presidente Nailor Gato; cumprimentar a imprensa, aos nossos companheiros aqui da Assembleia Legislativa e companheiras que trabalham conosco.

Senhor Presidente, é uma discussão bastante profunda que a gente precisa fazer com relação à questão ambiental. É muito simples você discutir a questão ambiental tratando-se

de uma caneta dentro de um gabinete assinando um documento dizendo que aqui é Reserva e aqui não é mais Reserva. Eu acho que o Estado de Rondônia precisa assumir o compromisso de fazer a discussão ambiental mais profunda do que está acontecendo no Estado. Primeiro, eu quero deixar bem claro que eu sou contra a ocupação e o desmatamento das Reservas. As Reservas oficializadas, demarcadas, prontas para ser preservadas. Sou contra, vou continuar sendo contra porque existe a exploração desenfreada e desrespeitosa de muitas pessoas com relação à questão do Meio Ambiente. Eu acho que isso precisa ser colocado em Pauta. Reserva criada é Reserva criada. E precisa ser respeitada porque senão as nossas futuras gerações, Deus sabe o que acontecerá com elas. Agora, pegar áreas que já estão sendo trabalhadas, áreas antropizadas, áreas que as famílias já vivem lá com documentos há mais de 20 anos e transformar em Reserva é irresponsabilidade de quem assinou e do Governo que assinou. É irresponsabilidade porque não vai com certeza fazer delas uma Reserva; não vai indenizar as famílias que estão lá dentro; não consegue dar conta das Reservas já criadas e documentadas como Reservas; e aí se cria mais 11 Reservas onde tem delas que tem mais de 700 famílias já trabalhando lá dentro. E vai tratar disso como? Vai tirar isso para ser Reserva como? Ou seja, uma irresponsabilidade de criar no Estado de Rondônia uma insegurança jurídica para quem produz e para aquele setor que mantém esse Estado em pé que é o setor produtivo do nosso Estado que é a Agricultor Familiar, que é o Empresário Rural que produzem para esse Estado. Que são os municípios que dependem dessas áreas para poderem sobreviver. Então, eu acho que você precisa ter essa discussão. Uma coisa é pegar as Reservas que estão demarcadas e destruí-las como em muito caso tem sido feito, porque tem produtor aqui, pessoas irresponsáveis aqui no Estado, Deputado Adelino, que em cada Reserva ele tem uma área desmatada por conta dele. Isso já foi denunciado há muito tempo e não se toma providências. Aí vem, se dá uma canetada e cria mais Reservas. Por último eu quero dizer que há três anos nós trabalhamos uma Lei nesse Estado chamada Lei de Governanças Climáticas. Essa Lei está na SEDAM, está na Procuradoria da SEDAM há mais de 8 meses, há mais de 6 meses para dar o parecer e trazer para esta Casa para a gente fazer o debate e aprovar essa Lei. Essa Lei permite a regularização na questão ambiental no campo e na cidade, inclusive, de pagamento por serviços ambientais e que a gente tem medo de discutir e que o Governo não encaminhou para cá essa Lei. O nosso gabinete, meu gabinete, junto com a SEDAM, junto com a Comissão de Agricultura trabalhou mais de dois anos e meio, 3 anos para ter essa Lei pronta, uma Lei que outros Estados já veio copiar e a gente não consegue fazer o debate aqui. Porque falar de preservar o Meio Ambiente é muito fácil quando se mora na cidade e acha que o bife cai de uma árvore. Acha que a carne que ele come, cai de uma árvore. Acho que é muito fácil discutir dessa forma. Eu sou produtor, eu sou agricultor familiar, tenho responsabilidade com o Meio Ambiente, mas, não quero, não quero que aquele povo que mora lá em São Paulo, que mora na beira do Rio Tietê e que não sabe o que é Meio Ambiente vem querer mandar no Estado de Rondônia ou mandar em qualquer Estado nosso. Discutir Meio Ambiente é com responsabilidade, não é quem mora nos Estados Unidos vir discutir a Amazônia. É para quem mora na Amazônia que tem que discutir a Amazônia. Então, é em cima disso que a gente precisa discutir. Essa Lei permite Presidente que se pague serviço ambiental nesse Estado. Tem País querendo investir em Rondônia já por causa dessa Lei e essa Lei não chegou

aqui, porque o produtor ele vai preservar, quando ele receber por isso, porque quem já fez aceiro numa cerca para preservar sabe o que é, quem já fez aceiro numa Reserva sabe o que é, quem já carregou cacaió nas costas sabe o que é a questão ambiental e o meio ambiente. Agora, quem está lá dentro da Rede Globo calçando salto de sandália dessa altura, vir falar de meio ambiente para Amazônia, é brincar com a nossa cara. Então, eu quero aqui deixar para que o nosso Governador, Governador Daniel, eu estou lhe pedindo mais uma vez; encaminhe para esta Casa essa Lei, porque vai dar condições para o agricultor poder preservar e receber por isso, para o empresário urbano preservar e receber por isso. Porque precisam saber, quem não mora em Rondônia e quem não mora na Amazônia; que na questão do meio ambiente tem a família e esta família vive do que ela produz, essa família não vive somente de árvore, essa família vive do que ganha. É muito fácil falar do meio ambiente quando está morando num prédio e não sabe o que é uma árvore, não sabe de onde vem o arroz, não sabe de onde vem o feijão e não sabe de onde vem a vaca. Então, eu quero deixar esse protesto aqui. Essa Lei senhor Presidente, está aí pronta para poder vir para cá. O Deputado Adelino ajudou a gente a construir esta Lei e até agora nada. Então, eu tenho aqui a certeza de que criar essas Reservas é dizer que nós não teremos Reservas, é dizer que nós não vamos preservar, é querer acabar com o setor produtivo que também produz e produz também nessas áreas que não teve responsabilidade o Estado de cuidar. Obrigado senhor Presidente.

(Às 17h33min o senhor Maurão de Carvalho passa a presidência ao senhor Lebrão)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Presidente, rapidamente só para concluir aqui as falas a respeito disso. É importante destacar, que mesmo nós não concordando com o veto do governador Daniel Pereira a esse projeto, mas, devemos reconhecer que o Governador, ele nos deu a possibilidade de corrigir uma injustiça, enviando, após muita insistência desta Casa, eu participei pelo menos de cinco reuniões com o Governador Daniel Pereira, cobrando principalmente a questão da área do Soldado da Borracha e ele enviou esse projeto aqui para Casa, dando, portanto, a possibilidade de nós incluirmos através de uma Emenda Coletiva, as outras Reservas que foram criadas também naquele famigerado Decreto de março deste ano. Então, importante destacar que o Governador, ele fez um compromisso com esta Casa, fez um compromisso principalmente comigo, que fui um calo no sapato dele com relação a área do Soldado da Borracha e é graças a esse cumprimento, mesmo não concordando com o veto que nós vamos derrubar e acredito que por unanimidade; mas o governador teve um papel também importante e colaborou dando esta oportunidade para gente apresentar essa emenda. Não tem muito que se discutir, porque esse assunto já foi amplamente discutido aqui nesta Casa, o que nós temos que fazer agora é fazer justiça e derrubar esse veto do Governo.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em votação, em votação do parecer do Deputado Jesuíno Boabaid. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação única o Veto Parcial nº 061/18. O painel está aberto.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR – Só lembrando que o voto não, é pela derrubada do Veto.

O SR. LAERTE GOMES – Só ressaltar Senhor Presidente, o trabalho nesse projeto e nós temos que reconhecer que o Deputado Ezequiel Junior, que trabalhou junto com os colegas, principalmente desse projeto nessa área do Soldado da Borracha, trabalhou fortemente se reunindo no Município de Cujubim com produtores, trabalhando junto com os deputados, colegas da região, junto ao Governador do Estado Daniel Pereira, para encaminhar a esta Casa esse projeto. Então, eu queria aqui reconhecer Deputado Ezequiel Junior, de público o trabalho que você fez, principalmente nesta área da Reserva do Soldado da Borracha, que proporcionou a todos nós deputados aqui, Deputado Adelino a colocarmos as emendas para excluirmos todas as demais Reservas. Então, eu queria deixar registrado nesta Casa o trabalho que Vossa Excelência fez, especificamente na área do Soldado da Borracha.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem Presidente. Queria lembrar também, se essa equipe da SEDAM, que passou lá pela SEDAM, por isso que eu falei que o Governador estava muito mal assessorado, quando tinha o Secretário Wilson e também o adjunto lá de Machadinho, o Sales. Quando eles também fizeram uma irresponsabilidade muito grande, que essa Casa corrigiu, fui eu que propus e foi corrigida; que é a questão para rever todos os projetos da piscicultura em área de APP. Esta Casa, nós propusemos e foi 24 a zero, derrubamos também, é outra irresponsabilidade que foi feita por aquela SEDAM. Eu tenho certeza que o Governador também não estava muito orientado e ele também é ambientalista. Eu vi numa entrevista na rádio, ele falando: que quem planta castanheira, que castanheira dá mais lucro do que plantar arroz. Eu falei: Governador, o senhor nunca plantou castanheira e nunca plantou arroz, então é melhor ficar quieto. Ele sorriu. Isso ouvi numa entrevista dele na Rede Amazônia lá em Ariquemes. Então pessoas que tem, que gostam de ambiente, pegue a propriedade dele e plante tudo, refloreste tudo, dê exemplo, primeiro na sua propriedade depois na propriedade dos outros. É muito fácil você criar Reserva na propriedade dos outros. Muito obrigado.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Anderson do Singeperon	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- não
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- não

- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- não
- Deputado Maurão de Carvalho	- não
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- não
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Com 14 votos 'não', está rejeitado o Veto do Governador. Vai ao Expediente.

Justificar também o voto do Deputado Saulo Moreira. Então, portanto com 15 votos contrários, 16 registrando também Deputado Alex Redano. Mais alguém?

Com 18 votos contrários está rejeitado o Veto. Ah! 01 'sim' do Deputado Hermínio Coelho. Vai ao Expediente.

Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças, não há oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças, passemos às Comunicações Parlamentares, também não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para em seguida, com base no artigo 237 do Regimento Interno, para apreciarmos as seguintes matérias: Redação Final a PEC 41, Proposta de Emenda Constitucional 042/18, Projeto de Lei Complementar 246/18, Projeto de Lei 1093/18, Projeto de Lei 1091/18, Projeto de Lei 1076/18, Projeto de Lei 1015/18, Projeto de Lei 1092/18, Projeto de Lei 1088/18, Projeto de Lei 1098/18.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 38 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº2586/2018-SRH/P/ALE

OPRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

DESIGNAR

A servidora **CAMILA QUEIROZ FEDERIGI MARTINS**, matrícula 200162396, ocupante do Cargo de Assistente Técnico, para responder pela Departamento de Comunicação Interna e Externa, no período 19 a 23/11/2018.

Porto Velho, 19 de novembro de 2018.

MAURÃO DE CARVALHO **ARILDO LOPES DA SILVA**
PRESIDENTE SECRETÁRIO GERAL

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS
CONCORRÊNCIA Nº 001/2018/SCL/CEL/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17579/2017-30**

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, através da Comissão Especial de Licitação – CEL/SCL/ALE/RO, designada pelo ATO nº 2400/2017-SRH/P/ALE/RO, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE AGENCIA DE PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE, informa o resultado do julgamento das propostas técnicas realizado pela SUBCOMISSÃO TÉCNICA, conforme atas acostadas aos autos:

DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO:

RESUMO DE AVALIAÇÃO - INVÓLUCRO Nº 1 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA - VIA NÃO IDENTIFICADA				
CLASSIFICAÇÃO FINAL	PROPOSTA	PONTUAÇÃO (65 PONTOS)		
1º LUGAR	D	56,50		
2º LUGAR	C	46,60		
3º LUGAR	A	42,53		
4º LUGAR	B	42,50		
RESUMO DE AVALIAÇÃO - INVÓLUCRO Nº 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATO DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO				
CLASSIFICAÇÃO FINAL	PROPOSTA	PONTUAÇÃO (35 PONTOS)		
1º LUGAR	PNA PUBLICIDADE LTDA	31,03		
2º LUGAR	MINHAGENCIA PROPAGANDA & MARKETING LTDA	28,93		
3º LUGAR	TRADECOMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	25,60		
4º LUGAR	PWS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	22,83		
PLANILHA DE AVALIAÇÃO FINAL				
PROPOSTA	EMPRESA	INVÓLUCRO 1	INVÓLUCRO 3	Pontuação Final (SOMA)
INVÓLUCRO 1 + INVÓLUCRO 3 (MÁXIMO: 100 PONTOS - MÍNIMO 70 PONTOS)				
A	TRADE	42,53	25,60	68,13
B	MINHAGENCIA	42,50	28,93	71,43
C	PWS	46,60	22,83	69,43
D	PNA	56,50	31,03	87,53
CLASSIFICAÇÃO FINAL	PROPOSTA	PONTUAÇÃO		
1º LUGAR	PNA D	87,53	CLASSIFICADA	
2º LUGAR	MINHAGENCIA B	71,43	CLASSIFICADA	
3º LUGAR	PWS C	69,43	DESCCLASSIFICADA	
4º LUGAR	TRADE A	68,13	DESCCLASSIFICADA	

DO PRAZO RECURSAL: Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste aviso, para apresentação de recurso nos termos do Art. 109, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

Porto Velho (RO), 19 de novembro de 2018.

Everton José dos Santos Filho
Presidente da Comissão Especial de Licitação - CEL/ALE/RO

TERMO DE ADESÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2018/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
Processo Administrativo nº 00013320/2018-80

A **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, através de seu Secretário Geral, torna público que aderiu à Ata de Registro de Preços 009/2018, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 030/2018 - Processo Nº 201801000074983, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, cujo objeto é a contratação de empresa de prestação de serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) nas modalidades: local (fixo-fixo e fixo-móvel), interurbanas (fixo-fixo e fixo-móvel) e 0800, tendo como fornecedor registrado a empresa **OI S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.535.764/0001-43, com endereço na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ - CEP 20.230-070, com vistas a atender as necessidades da Nova Sede deste Poder Legislativo Estadual, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VLR UNIT – R\$	VLR TOTAL – R\$
7.1	Chamadas Telefônicas Local fixo-fixo	MIN	7068	0,08	565,44
7.2	Chamadas Telefônicas Local fixo-móvel (VC1)	MIN	11016	0,54	5.948,64
7.3	Entroncamento Digital E1 2Mbps (10 canais) com Serviço DOR de 100 Ramais	UNID	12	1.256,38	15.076,56
ITEM 7 - TOTAL					R\$ 21.590,64

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VLR UNIT – R\$	VLR TOTAL – R\$
8.1	Chamadas Telefônicas Local fixo-fixo	MIN	23328	0,08	1.866,24
8.2	Chamadas Telefônicas Local fixo-móvel (VC1)	MIN	18972	0,54	10.244,88
8.3	Entroncamento Digital E1 2Mbps (10 canais) com Serviço DOR de 100 Ramais	UNID	12	1.256,38	15.076,56
ITEM 8 - TOTAL					R\$ 27.187,68

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VLR UNIT – R\$	VLR TOTAL – R\$
10.1	Chamadas Telefônicas Local fixo-fixo	MIN	9600	0,08	768,00
10.2	Chamadas Telefônicas Local fixo-móvel (VC1)	MIN	5400	0,54	2.916,00
10.3	Entroncamento Digital E1 2Mbps (10 canais) com Serviço DDR de 100 Ramais	UNID	12	1.256,38	15.076,56
ITEM 10 - TOTAL					R\$ 18.760,56

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VLR UNIT – R\$	VLR TOTAL – R\$
11.1	Chamadas Telefônicas Local fixo-fixo	MIN	13704	0,08	1.096,32
11.2	Chamadas Telefônicas Local fixo-móvel (VC1)	MIN	20532	0,54	11.087,28
11.3	Entroncamento Digital E1 2Mbps (10 canais) com Serviço DDR de 100 Ramais	UNID	12	1.256,38	15.076,56
ITEM 11 - TOTAL					R\$ 27.260,16

Porto Velho-RO, 20 de novembro de 2018.

Arido Lopes da Silva
 Secretário Geral - ALE/RO